



XI Congresso Português de Sociologia
Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

Secção/Área temática:

Arte, Cultura e Comunicação | Artes, resistência, atavismo e cidadania: discursos e práticas

Narrativas sobre a prática profissional e as condições sociais de produção do campo das políticas culturais municipais

LOPES, Sandra; Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação| CICS.NOVA e LABAT | Campus do Instituto Politécnico de Beja 7800-295 Beja, Portugal, slopes@ipbeja.pt

Resumo

A reflexão que se apresenta, tem como ponto de partida o trabalho de investigação realizado sobre o(s) formato(s) de construção do *campo das políticas culturais municipais* entendido enquanto espaço social de natureza tensional. Esta natureza tensional resultante da sobreposição, e cruzamento, de diversas lógicas de atuação e de regulação pública da ação cultural- nacional, intermunicipal e municipal- é simultaneamente produto das relações estabelecidas entre agentes, no interior do campo, estruturadas consoante as condições sociais de produção que assistem as diferentes configurações municipais. Procurou-se a partir de alguns eixos analíticos evidenciar estas interinfluências encontradas por exemplo nos modos como se organiza a programação cultural municipal recorrendo a produtos internos do campo; e aos modos diferenciados de operacionalização da ação cultural municipal consoante a *posição* dos agentes e a sua visão 'incorporada', e 'objetivada na prática', do que entendem ser o serviço público de cultura.

Abstract

This paper is a contributing to the understanding of the institutionalization of municipal cultural policies, through analysing how it has been developing as a territory with a strong specialization on its attributes, nature, exchanged products and services, tools and agents. The focus will be at the agent's action and how it relates to the specific configurations of the various municipal frameworks and how public service of culture is conceived.

Palavras-chave: Cultura; políticas culturais municipais; ação cultural municipal

Keywords: Culture; municipal cultural policies; municipal cultural action

XI-APS-89234

Introdução

No trabalho que se apresenta procurou-se descrever, e apreender, a natureza das trajetórias profissionais de um grupo de agentes que exercem a sua atividade nos gabinetes/serviços de ação cultural municipal¹ a partir da contextualização das suas narrativas individuais (e coletivas). Problematizou-se este objeto de estudo, através, sobretudo, da conceptualização ajustada da noção de *campo* proposta por Pierre Bourdieu, onde emerge a natural composição tensional que o caracteriza. Entre as várias dimensões consideradas num trabalho mais amplo de investigação que serve de fonte ao que se apresenta, escolheu-se, para este propósito, a relativa ao modo como a natureza tensional se concretizou como produto, simultaneamente, da posição que os agentes ocupam no campo e das características que assistem aos diferentes enquadramentos municipais (Lopes, 2019)². Procurou-se, igualmente, a partir de alguns eixos analíticos evidenciar as interinfluências encontradas por exemplo: nos modos como se organiza a programação cultural municipal recorrendo a produtos internos do campo e aos modos diferenciados de operacionalização da ação cultural municipal consoante a posição dos agentes e a sua visão ‘incorporada’, e ‘objetivada na prática’, do que entendem ser o serviço público de cultura.

Problemática e contextualização do caso português

A compreensão das políticas culturais municipais e a defesa da existência de um campo onde estas se constroem remete-nos para o entendimento das relações entre poder central e poder local enquadradas num «*espaço social mais amplo*» (Bourdieu, 2008, p. 51). Estas relações emergem, e estruturam-se, no próprio processo de construção do Estado que, tal como, defende o autor acima citado,

«(...) é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, económico, cultural (ou escolar), político, etc. que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência simbólica legítima. Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos seja, por meio de intervenções financeiras (...) seja através de intervenções jurídicas (como as

diversas regulamentações do funcionamento das organizações ou do comportamento dos agentes individuais).» (Bourdieu, 2008, p. 51).

Apesar da ressalva dos princípios de liberdade inscritos nos estados democráticos, e a assunção do seu cumprimento pelos agentes que assumem responsabilidades políticas enquadradas nas ideologias que os orientam, os fins da ação do burocrática visam alcançar consenso ‘público’ que decorre dos seus atributos de imposição simbólica que conferem legitimidade à sua ação (Bourdieu, 2008). Deste modo, e em concreto no caso português, considera-se que a especificidade e a particularidade do *campo* das políticas culturais municipais, inscreve-se no que se pode conceber como uma matriz de natureza político-burocrática orientadora da *descentralização cultural*, já que essa vontade política surge transversalmente, como condição básica, e fulcral, na maioria dos programas dos governos.

Em Portugal, numa fase inicial de exercício da democracia, nos primeiros governos pós 25 de Abril, a preocupação centrou-se em se proceder a um inventário, diagnóstico e levantamento da realidade cultural e, igualmente, a um diagnóstico das carências ao nível dos equipamentos culturais. O intuito parecia ser o de se proceder previamente a uma caracterização para se identificarem estratégias de descentralização que pudessem servir os vários enquadramentos municipais. Nem sempre mencionado, ou apelidado, de descentralização e várias vezes referido em modo lato como o trabalho a desenvolver com o poder local, constatou-se ao longo da história governativa portuguesa que estes propósitos surgem mesclados, algo híbridos, e misturam-se com os atributos e as finalidades associados à promoção e facilitação do acesso à cultura, promoção de modos de democratização cultural e, por diversas vezes, a formatos ensaiados, e concretizados, de desconcentração cultural. Como referem Garcia et al. , a propósito,

a defesa da democratização do acesso à cultura tem sido uma das mais constantes finalidades nos textos programáticos dos governos no capítulo da cultura. É transversal aos sucessivos executivos, surgindo frequentemente conjugada com desígnios de descentralização cultural; incremento da edificação e requalificação de equipamentos culturais (bibliotecas, cineteatros, arquivos, museus) no território nacional e da sua organização em redes; formação de públicos. (...) (Garcia et al., 2014, p. 43).

Surtem, assim, como referido, como transversais à maioria dos programas políticos, a propósito das inscrições politico-simbólicas nos programas legislativos, as menções aos formatos de operacionalizar o «*acesso à cultura a toda a população*». Esta facilitação do «*acesso à cultura*» ou, posteriormente, também denominada de democratização da cultura pode encerrar em si lógicas distintas na sua operacionalização: uma que remete para uma definição politico-simbólica dos produtos que devem ser difundidos e, outra, que procura respeitar e apoiar, uma ação entendida como mais entrosada dos produtos e atividades culturais locais (menos distante das audiências específicas)⁴. No primeiro caso, essa política de *democratização cultural* é operacionalizada, sobretudo, por uma ação cultural que assenta na difusão (descendente) de produtos culturais através, por exemplo, da «*itinerância de exposições*», «*digressões de companhias nacionais (bailado e teatro)*», e que apela, sobretudo, à descentralização de iniciativas que são deslocalizadas dos grandes centros (onde estão instaladas as companhias e os teatros nacionais e onde a produção cultural existe em maior variedade e quantidade) para restantes as regiões do país. Esta conceção de ação cultural assenta, ressalta-se, em mecanismos institucionais de difusão de produtos culturais considerados *legítimos* que teriam de chegar às populações. Trata-se de uma conceção politico-ideológica de ação cultural que se aproxima de um formato «*descendente*», e, nalguns casos, «*paternalista*» (Lopes, 2009) que visa ‘impor’ um *modelo de cultura legítimo* (assumido como institucional) de produtos culturais ‘selecionados’³. Este modelo surge inscrito em todos os programas dos governos, com maior evidência no domínio das artes e dos espetáculos (Lopes, 2019).

Como referido por Santos, Gomes, Neves e Lima (2004) e Santos (2007), as características que balizam a ação cultural das autarquias são diferenciadas e, por isso, passíveis de níveis de autonomização da ação distintos. ‘Estados diferentes de construção do lugar da ação cultural nas estruturas municipais’ remetem, por isso mesmo como se ilustrará de seguida, para formatos ideológicos de ação cultural municipal diferentes. Os autores mencionados apontam como factores de diferenciação os relacionados com as «linhas programáticas de investimento na cultura, natureza das equipas de cultura camarárias, a programação cultural, disponibilidades em equipamentos e ação dos agentes» (Santos, 2007, p. 86), apresentando, com base nesse enunciado, uma tipologia das dinâmicas culturais locais⁴. Acrescenta-se que a estes factores, considerados pelos autores, podem ser agregados outros, nomeadamente: a

existência, ou não, de relações tensionais entre agentes em resultado das posições (técnicas e políticas) que ocupam; a densidade do movimento associativo (número, variabilidade dos domínios culturais e artísticos, etc.); a experiência dos agentes na produção de bens culturais autorais pelos agentes/serviços que, de acordo com os casos testemunhados, que a seguir se apresentam, alavacam distintas concepções de ação cultural.

Metodologia

O percurso metodológico, de natureza mista, adotado no projeto de investigação mencionado resultou de uma triangulação de informação resultante do uso de fontes diversificadas⁵. Em primeiro lugar, organizou-se a análise em torno dos instrumentos de legitimação da ação política onde se encontraram espelhadas as diretrizes políticas que orientaram a ação pública e se objetivaram no decorrer dela (programas legislativos, legislação produzida e outros documentos políticos de enquadramento). Constituiu-se para o efeito uma amostra por cachos, escolhidos por conveniência, correspondentes a dois *casos* de natureza organizacional, institucional, e territorial, distintos, nomeadamente: uma comissão intermunicipal (caso1-Comissão Intermunicipal do Baixo Alentejo) e uma organização supramunicipal que emergiu de um projeto de cooperação cultural supramunicipal (caso 2-Artemrede). Deste modo, e dando continuidade ao processo de pesquisa e produção de informação, analisaram-se os formatos organizativos e a natureza da ação cultural municipal, recorrendo-se a fontes documentais relacionadas com a organização e funcionamento dos serviços municipais (regulamentos). Posteriormente, focou-se a atenção nos agentes e nos seus contextos profissionais, de modo a estabelecer uma relação entre o que foi caracterizado e inferido nos momentos anteriores e os reportórios de ação dos agentes. Procurou-se caracterizar, descrever e interpretar com base nos depoimentos dos sujeitos, as suas estratégias de profissionalização e de que forma estas decorreram, e influíram, no processo de institucionalização do campo das políticas culturais municipais (Lopes, 2019). Recorreu-se a uma metodologia de observação indireta, de formato interrogativo, em concreto: à técnica de entrevista (semiestruturada) permitindo, entre o mais, suprir lacunas quanto ao conhecimento da prática cultural municipal e às formas estruturadas que esta foi progressivamente revestindo. A aplicação das entrevistas procurou a caracterização do contexto de trabalho dos técnicos superiores ligados ao

setor da cultura e, sobretudo, a descrição dos seus percursos profissionais. Permitiu, também, encontrar perspetivas comuns de organização e justificativos da sua ação dado que uma grande maioria dos entrevistados acompanhou todo o processo de construção do ‘lugar’ da divisão/setor e da edificação do formato de ‘organização’ da oferta cultural municipal (Lopes, 2019). A informação recolhida, e depois transcrita, foi objeto de análise de conteúdo com recurso a categorias temáticas, de natureza interpretativa.

Foram entrevistadas 14 pessoas do sexo masculino e 11 do sexo feminino, com uma média de idades a rondar os 46 anos e um tempo de atividade profissional na área da ação cultural municipal de 14,5 anos. Acresce, serem detentores de diferentes diplomas superiores, categorias e perfis profissionais: técnicos superiores, técnicos superiores que exerciam a sua atividade e acumulavam atividades de coordenação do serviço ou de um relevante equipamento cultural municipal; coordenadores de serviços ou ainda, excecionalmente, exerciam funções de coordenação técnica e política.

Narrativas sobre a prática e os formatos de construção da ação cultural municipal

Na maioria dos casos observados, as estruturas municipais incluíam na sua orgânica funcional um lugar de vereação da cultura (catorze casos num total de dezassete) e, em número muito inferior, essa área de governação estava sob a alçada do Presidente (três casos). A inexistência de um critério político-administrativo que formalize o procedimento de concentração, ou delegação, de poderes nesta área de atuação municipal corresponderá sempre a uma opção ideológica assumida pelo presidente eleito. Trata-se por isso, também, de uma estrutura cruzada entre os campos das políticas autárquicas (na sua dupla existência burocrática e política) e o das políticas culturais que, enquanto tal, abre para diversas possibilidades de capitalização acessíveis aos agentes do campo. Em qualquer caso, a existência de uma vereação ‘autonomizada’, com um pelouro atribuído a um eleito/nomeado pode ser encarada como um indicador de distinção do lugar atribuído à área da cultura na gestão municipal. Isto também significa, importa ressaltar, que o poder simbólico (a autoridade) concentrado nessa posição será sensível às específicas modalidades de reconhecimento vigentes que incidem na qualificação dos percursos pessoais e de participação social dos agentes do campo. A trajetória profissional *distinta dos profissionais* no interior do campo não deixará de repercutir a forma como, singularmente, essa posição concentra o capital

específico do campo e a autoridade que a afirma. A relação social construída entre posições distintas no campo constitui-se, assim, como uma dimensão importante para compreender a forma como os profissionais usam os seus recursos para capitalizar, e garantir, uma prática que promove um determinado formato de ação cultural.

Os depoimentos dos entrevistados remetem para orientações distintas na construção da ação cultural municipal. Remetem para as de natureza *institucional*, mas também *política* (em que valem os atributos de poder e de capital simbólico associados à ação cultural, por exemplo, nas decisões de programação associadas às comemorações municipais ligadas a datas históricas e políticas), outras mais focadas na *dimensão social e cultural*, onde se cruzam propostas centradas nos públicos internos e/ou externos; propostas que visam um *fechamento* ou uma *abertura* ao nível da oferta e procura cultural e que, ora, remetem para lógicas de produção mais ‘local’ ou a lógicas ‘clientelares externas’ ou, ainda, a dinâmicas centradas na rendibilidade do produto cultural (opção de rendibilidade económica versus valor social dos programas, projetos ou produtos culturais). Acrescem a estas orientações, outras premissas, nomeadamente: as variáveis de contexto e de enquadramento que, também a partir dos depoimentos dos entrevistados, devem ser consideradas nesta análise: Sendo elas: a natureza dos produtos culturais (opção entre bens culturais que implicam códigos diferentes de perceção e de consumo); a composição social dos públicos (idade; habilitações; disposições de gosto, localização geográfica da residência, etc.); as dinâmicas de produção e oferta de produtos culturais disponíveis no *mercado* e os formatos de concertação coletiva que possam existir na organização da ação cultural, quer ao nível da produção, quer ao nível do enquadramento profissionalizante dos agentes.

Perpassa, do referido acima que as negociações, tensões e/ou lutas decorrerão dessas vontades expressas de impor uma determinada matriz que determine e organize a ação cultural municipal. Podendo assumir vários formatos ao longo do processo, a natureza dessas relações tensionais entre posições reflete, sempre, uma vinculação hierárquica presente na decisão e na aprovação da proposta, onde se incluem essas várias dimensões: política (se se enquadra ou não nas linhas programáticas, mais, ou menos formalizadas), económica (se existe viabilidade financeira e como essa apreciação muda em função do momentos e situações), técnica e gestonária (avaliação da qualidade da proposta, enquadramento no plano de ação programado, capacidade de a estrutura técnica a produzir, questões logísticas e de gestão de equipamentos, etc.). O depoimento transcrito abaixo de um dos observados, permite ilustrar essa vinculação

ao executivo político e a multidimensionalidade de princípios que pesam na operacionalização da ação cultural municipal:

(...) Temos sempre um executivo e esse executivo tem uma determinada forma de gestão e, portanto, isso interfere diretamente na capacidade de autonomia, enfim, uma série de questões, mesmo as relacionadas com a programação. (...) Em relação à autonomia, enfim, houve, uns períodos do meu percurso profissional em que tive mais autonomia do que outros. (...) Isso depende dos executivos (...) Há uma perspectiva política e, por vezes, nem é política, tem a ver com a gestão da câmara, do serviço, que pode não ser compatível com determinadas visões técnicas. (Coordenador de divisão, 21 anos de serviço)

A perspectiva deste entrevistado, que assumia, no momento da recolha de informação, funções de chefia, remete para a ambivalência ao nível do exercício profissional na sua dupla dimensão objetiva e representacional. Com efeito, na e para a sua reflexão, o entrevistado não recusa o duplo posicionamento entre os decisores (e gestores) políticos e os técnicos e os efeitos que comporta. A dificuldade de separar, na realidade, imposições políticas das decisões gestionárias que as operacionalizam deixa espaço para que as primeiras possam ser ‘revistas’ e, isso, irá depender da posição em que cada um dos agentes se coloca no espaço possível de negociação. Essa margem de negociação é tanto maior para o técnico quanto mais as imposições políticas se centrem sobretudo nos valores ‘universais’ da natureza política (por exemplo: o da democratização do acesso, da gratuitidade do acesso...) ao invés de estarem centrados na especificidade dos ‘bens e produtos culturais’ (por exemplo: decisões sobre os eventos a programar, natureza da oferta cultural, ...). Veja-se o que o mesmo entrevistado referia na continuidade da sua reflexão, no momento focando as questões ligadas à programação, onde a vinculação à decisão superior continuaria a existir, repercutindo no espaço dos possíveis que baliza a autonomia a ação da equipa técnica a incorporação de algumas ‘vontades’ políticas.

(...) Nem mesmo a orientação política interfere muito em termos de programação, pronto...interfere nalgumas situações específicas, por exemplo: o 25 de Abril é para comemorar, é para investir nas comemorações do 25 de abril. Portanto, aí, temos uma imposição política. Em termos de programação há algumas linhas: chegar às pessoas, que tenhamos público, sem que haja a ditadura dos números,

mas pronto que as ofertas tenham público e que se veja algum efeito/retorno na comunidade. É fundamentalmente isso, a preocupação política em termos de programação (...) Em termos de programação, nós, serviços técnicos, o que fazemos é uma proposta, todos os meses, de programação que enviamos para o executivo para que seja aprovada. Em última análise quem aprova a programação é o executivo. (...) Outro por exemplo, como a animação de rua, tem a ver com preocupação (...) de dinamizar o centro histórico (...). Concentrar mais atividade no centro histórico é, neste caso, uma opção de política autárquica. (Coordenador de divisão, 21 anos de serviço)

Ainda outro exemplo, transcrito abaixo, onde as decisões gestonárias e as inscrições políticas se confundem surge descrito abaixo (muito idêntico a depoimentos de outros entrevistados). Neste caso, destaca-se a importância política atribuída aos eventos considerados institucionais (ou também nomeados, pelos entrevistados, de ‘eventos políticos’) e às estratégias de rentabilização dos timings políticos das legislaturas. A descrição refere-se ao que se considera serem condicionantes determinantes dos ritmos de programação cultural municipal e, como essas, podem ser transformadas em trunfos ou oportunidades de ação para o trabalho técnico, ao serem capitalizadas para ampliar as escolhas possíveis (que posteriormente servirão os fins simbólicos que contribuem para a afirmação do poder que neste caso se confunde na sua dupla qualidade de inscrição política e burocrática).

(...) Existem várias coisas que influenciam [as oportunidades de programação], é um ciclo muito evidente, mas também existem algumas coincidências. Por exemplo, a comemoração do aniversário de um cineteatro coincidir com um momento de calendário eleitoral é um aspeto que nos ajuda a fortalecer as nossas propostas e a ir um bocadinho mais além, sim. (...) também seria muito ingénuo (...) se dissesse que isso era uma ‘carta fora do baralho’, o que não é verdade. Se essa comemoração fosse para o ano que vêm [fora do último ano do mandato], se calhar iríamos ter mais resistências aquilo que são as nossas propostas e não poderíamos ser tão ousados. Essas coisas são assim mesmo. E, por isso, interferem, claro que sim. (...) (Chefe de divisão, 3 anos de serviço).

Todos os entrevistados referiram a obrigação da concertação com a vereação da cultura quando esta existe, ou diretamente com o presidente da autarquia, no sentido de

validarem a proposta que organizaram ou programaram. A palavra final, mesmo nos projetos caracterizados por uma grande autonomia da equipa técnica, não deixa de ser sempre política. No entanto, os casos analisados indicaram que a ação cultural (e, em particular, a programação cultural enquanto componente dessa ação) resultaria numa relação de compromisso, de negociação, entre políticos e peritos, relação essa mediante a qual as imposições políticas e as propostas emergentes da equipa técnica iriam sendo, regra geral, ajustadas. Apresenta-se, abaixo, outro depoimento em que é descrita essa dinâmica complexa com repercussões, de sentido oposto ao descrito pelo entrevistado anterior, na definição do estatuto funcional dos agentes. Consoante as situações, no caso extremadas, os agentes ver-se-ão forçados, na sua prática profissional, a alternar entre o *especialista* que assume responsabilidades de programação, criação/organização e produção e o simples *executante* que assume a sua função com ‘deferência’ e viabiliza a encomenda imposta pelo executivo, coadjuvando o trabalho feito por uma qualquer produtora externa contratada para esse serviço.

(...) Trabalhamos muito em conjunto com o chefe de divisão ao nível da preparação da programação, se bem que a palavra final é sempre do executivo. Nós elaboramos as propostas que nos pedem e depois enviamos para a aprovação da vereação. Ou então é programado pelo executivo e depois colocamos em prática. (...). Houve executivos onde houve mais vontade para darmos as nossas ideias e outros onde houve mais imposições.... (...) (Técnica superior, 11 anos de serviço)

Os depoimentos transcritos evidenciaram as mudanças ao nível do exercício profissional que um novo executivo camarário, dependendo do modelo de ação que privilegie, pode gerar e, inclusive, a forma como isso se reflete na organização do trabalho profissional, provocando descontinuidades nos modos de exercer a prática profissional. Os tempos, e os modos, da organização da ação cultural, assim como os seus principais efeitos, tendem, no testemunho dos entrevistados que vivenciaram alternância de executivos políticos, a ser frequentemente reformulados e alterados. O formato de organização do trabalho do agente e a autonomia conquistada no desempenho profissional verificado numa determinada trajetória profissional são, por isso, também sujeitos a modificações, reavaliações e ajustamentos. Como se se tratasse de *turning points*, ou momentos de *desprofissionalização*, em que é preciso (re)fazer a

prática e ajustá-la às novas condições tantas vezes com perdas ao nível da construção do projeto profissional. Alguns recortes de experiência são bastante generalizados, porque os encontramos no discurso de vários entrevistados. Avultam, neste capítulo, os constrangimentos políticos e económicos ao nível nacional que se refletiram, em momentos conjunturais (como os associados às restrições impostas pela Troika⁶) numa perda significativa do investimento na cultural (ao nível nacional e autárquico); outros, ainda potenciados por aquele espartilho, embora mais específicos de cada enquadramento municipal, repercutiram numa desvalorização do trabalho técnico. Um exemplo do descrito pode ser encontrado no depoimento de uma entrevistada onde surgem descritos os constrangimentos que se colocaram à sua ação e os modos que acionou para contornar esses mesmos obstáculos.

(...) Não temos orçamento e temos que organizar e explicar as escolhas e isso é um processo moroso, que demora meses, que desgasta e, por vezes, desistimos pelo caminho. Muitas vezes a resposta é positiva, mas chega tarde. Por vezes não é possível comprar-se aquele espetáculo que tem um valor (artístico e monetário) mas, depois, vem outro de ‘não sei de onde’ e já é possível comprar...e todas as nossas ideias se baralham e perguntamos a nós próprios: o que é que andamos aqui a fazer? (...) (Técnica Superior, Coordenadora de estrutura de cultura municipal, 7 anos de serviço)

Na diversidade de situações descritas, percebe-se como essa perda de *autonomia* colocou desafios à construção da jurisdição profissional, não só porque torna difícil o desempenho técnico de acordo com os procedimentos conquistados e credenciados (na teoria e na prática), mas, igualmente, pela efetiva perda de *instrumentos* e *produtos* culturais que conferiam diferenciação (e visibilidade) ao trabalho especializado. Veja-se, a propósito, o relato de uma das entrevistadas com responsabilidades de gestão de um equipamento municipal.

(...) Desde a chamada crise (...) as coisas mudaram para pior. Começou a ser muito difícil, a empresa municipal criada para a gestão do cineteatro foi extinta e passou tudo para o município. Deixou, na mesma altura, de existir tanta disponibilidade em termos orçamentais e as coisas passaram a ser muito complicadas. Deixamos de ter um orçamento, um planeamento. Tínhamos demorado uma série de anos para conseguir uma agenda cultural, deixou de haver agenda cultural e, portanto, retrocedemos em termos de trabalho. (...)

Desapareceu o mapa orientador. Neste momento não existe programação para o mês que vêm, porque não existe uma decisão. (...). É impossível trabalhar assim. Considero que o trabalho que fizemos em formação de públicos, durante 2006 e 2012, foi completamente desperdiçado. (...). (Técnica Superior, Coordenadora de estrutura de cultura municipal, 11 anos de serviço)

Nos trechos acima transcritos verifica-se uma oposição entre técnicos e executivos políticos; entre a defesa de um caminho construído com vista à profissionalização da ação cultural e decisões pontuais que visam interesses ‘externos’ ao campo; entre a defesa de um aparente trabalho de continuidade atendendo às especificidades de públicos e as opções por ofertas pontuais que cativam audiências. Ambiguidade de valor dos bens culturais. Por um lado, transparece o valor cultural e, na por outro, o valor simbólico. Por isso mesmo, a capacidade do *especialista* defender a sua *jurisdição*, e de consolidar a sua posição no campo, parece estar intimamente associada ao lugar que a ação cultural assume na estrutura burocrática e à *aliança* que estabelece com o executivo/vereeção do pelouro e com os restantes agentes.

Perfis profissionais dos agentes e formatos ideológicos da ação cultural municipal

Na dialética que assistiu à construção deste campo e, em concreto, do enquadramento social que acompanhou a sua emergência e maturação, tornou-se necessário compreender, complementarmente, o que pode ser considerado o património incorporado dos agentes e a forma como eles o ativaram nesse contexto em função das suas ‘possibilidades de ação’. Recorre-se, para melhor entendimento, ao proposto por Bourdieu (2010), e discutido por Lahire (2006; 2013), que nem tudo surge como definido à partida num campo e nem tudo pode, obviamente, ser considerado ‘obra’, singular, dos indivíduos, ou seja, existem padrões político-administrativos pré-determinados e entendimentos coletivos, passíveis de maior ou menor consenso, que determinam a natureza ideológica que organizou a ação cultural municipal nas diferentes conjunturas. Para a compreensão do que pode ser entendido como *campo*, um ‘*espaço relacional*’, já se frisou, segue-se fielmente a proposta de Bourdieu (2010). Assume-se, pois, que, adotando a lógica do autor, procura-se uma «*representação abstrata produzida a custo de um trabalho específico de construção e que dá, como um*

mapa, vista aérea, um ponto de vista sobre todos os pontos a partir dos quais os agentes normais (...) veem o mundo social» (Bourdieu, 2010, p. 269). E clarifica:

(...) o mais importante é, sem dúvida, o facto de a questão desse espaço ser posta neste mesmo espaço, de os agentes terem sobre este mesmo espaço, do qual não se pode negar a objetividade, pontos de vista que dependem da posição que nele ocupam e onde geralmente se exprime a sua vontade de o transformar e conservar (...) (Bourdieu, 2010, p. 269).

Este espaço social deve ser considerado como «*campo de produção especializado nos quais se elaboram os produtos*» (p. 347) e de natureza reguladora da ação dado que se constitui como «*um espaço objetivo, que estrutura as relações objetivas, que determina a forma possível das interações e da representação que delas podem ter os que nelas estão envolvidos*» (p. 367); um espaço portador de uma dimensão ‘ideológica’ onde se torna pertinente situar, igualmente, os percursos dos indivíduos dotados de uma pluralidade de disposições (Lahire, 2013).

Procurou-se, no decorrer da análise, ensaiar uma sistematização do conjunto de *disposições* mais aproximado dos perfis predominantes dos agentes a partir dos traços comuns presentes na caracterização destes profissionais, agregando as características do seu percurso pessoal e de participação social (disposições associadas ao percurso pessoal) e as características de *trajetória no campo* (enquanto «*série de posições sucessivamente ocupadas pelo agente em estados sucessivos do campo*» (Bourdieu, 1996).

Quadro 1. Perfis profissionais dos agentes (tipos)

Perfil 1	
<i>Percurso pessoal e de participação social</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Posse de formação acadêmica (em vários casos obtida já a exercer funções profissionais) – Experiência profissional com colaborações pontuais, em regime de voluntariado, prestações de serviço curtas, antes de integrarem os quadros da câmara; – Intenso envolvimento na dinâmica associativa (extraprofissional antes e/ou após iniciar funções); – Intensa participação/prática em atividades artísticas; – Manifestação de militância política (formal (filiação política num partido) /informal (sem declaração manifesta de filiação política, mas com participação na construção, por exemplo: de programas políticos municipais para a cultura).
<i>Trajétória no campo</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Presentes na emergência dos serviços (desde o início); – Trabalharam desde que iniciaram funções na área da cultura; – Experiência de projeto autorais de continuidade; – Posições no campo associadas à ocupação de ‘postos’ distintos (coordenação de serviço; programação de teatro municipal, por exemplo); – Intensa experiência na produção interna de projetos de âmbito cultural criados, produzidos e executados por recursos humanos internos do serviço.
Perfil 2	
<i>Percurso Pessoal e de participação social</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Posse de formação acadêmica obtida antes do início de funções na câmara; – Fraco envolvimento associativo (extraprofissional); – Fraca participação/prática de atividades artísticas; – Ausência de militância política (formal/informal);
<i>Trajétória no campo</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Integraram a estrutura com o serviço já criado; – Parca experiência de projeto autorais de continuidade. – Posição no campo associada à ocupação de uma função muito orientada (por exemplo: responsabilidades na programação de uma estrutura cultural municipal); – Experiência na programação mais centrada no acolhimento ou no acompanhamento de produção a cargo de entidades externas

Fonte: Lopes, 2019, p.162.

Acresce, sobre esta proposta, a intenção de evitar reducionismos de análise sobre as características (pessoais, participação social ou de trajetória) dos entrevistados que constituem a amostra sendo os propósitos desta síntese apenas evidenciar traços que se assumem como marcas *disposicionais* tendenciais. Entre um modelo e outro encontraram-se situações híbridas de perfis de agentes matizadas pelos seus percursos pessoais e trajetórias profissionais⁷.

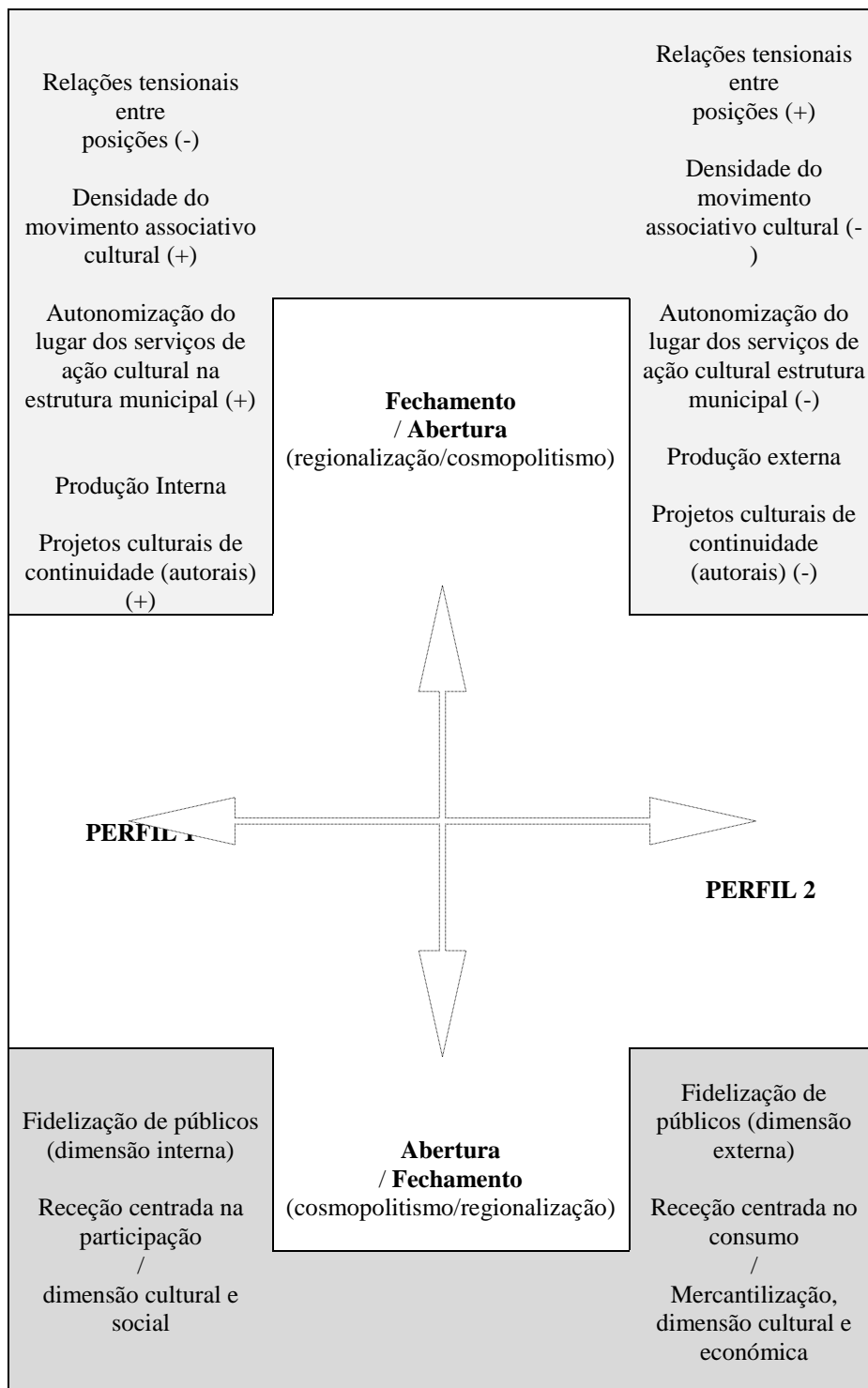
Em narrativas que retratam *quadros de ação municipal* onde o lugar da cultura apresenta uma elevada maturação e autonomização na estrutura camarária, eleva-se em

simultâneo o valor social dos agentes que o dinamizam. Isto é visível nomeadamente: no lugar construído na estrutura orgânica (firmado na orgânica funcional), na respetiva composição da equipa (diversidade de perfis coordenadores, programadores municipais por equipamentos, animadores, pessoal apoio técnico, etc.), nos instrumentos de gestão da ação cultural (existência, por exemplo: orçamento participativo, plano estratégico da cultura, carta de equipamentos, espaços/fóruns de discussão coletivos, orçamentos e planeamento por equipamento) e nos projetos que marcam a sua identidade em termos de ação cultural (projetos autorais de continuidade) e mercado de produção cultural e artística de natureza associativa forte (estruturas artísticas de nível amador e profissional).

Ensaçou-se, no decurso da investigação, um modelo de compreensão dos formatos ideológicos de ação cultural municipal, construído a partir da conjugação de várias dimensões (cf. Figura 1). Para a construção desses formatos, que se assumem como configurações conceptuais ensaiadas, agregaram-se, ainda, as narrativas acerca do que deve ser entendido como «*serviço público municipal de cultura*». Essa ação cultural municipal, invocada pelos agentes como «*prestação de um serviço público*», deve, de acordo com os justificativos enunciados, ser entendida a partir de dois eixos intimamente associados: *i.* quem são os destinatários desse serviço? *ii.* qual a natureza dessa ação cultural, por exemplo, ao nível das feições dos projetos culturais a desenvolver e das finalidades que lhe estão associadas (dimensionalidade dos produtos culturais: valor cultural e social versus rentabilidade turística); das linhas de programação cultural dos espaços e dos equipamentos culturais (produtos, linguagens, valências, lugares de cultura); e das finalidades associadas a essa ação cultural.

Os principais destinatários da ação cultural para qualquer um dos entrevistados são prioritariamente os públicos que residem no município. É para eles que estes agentes afirmam dirigir a sua ação. Esse pressuposto é comum e evidenciado por todos os entrevistados, embora sejam poucos os casos onde exista referência a um trabalho profundo de caracterização desses públicos apesar da defesa da premência de que efetivamente se os conheça. Por isto, esta segmentação segue critérios normalizados de classificação (idade) que se misturaram com critérios de seletividade associados às propriedades de gosto (gostos mais eruditos/mais populares; próximos de uma linguagem mais, ou pelo contrário, menos, codificada, entre outros).

Figura 1. Configurações municipais da ação cultural, formatos ideológicos da ação cultural municipal e perfis profissionais dos agentes



Fonte: Lopes, 2019, p.200.

O mesmo acontece em relação aos instrumentos e aos meios de avaliação, desde a avaliação de indicadores mais objetivados (número de bilhetes vendidos ou espetadores

a assistir, fidelização de espetadores a ofertas próximas) à avaliação fundamentada em perceções apoiadas/justificadas na convivialidade com os espetadores («disseram que gostaram; perguntam quando vai a ver; etc.>). A identificação, transversal a todos os entrevistados, de vincar quem são os destinatários da sua ação (do seu serviço, da ação cultural municipal) aparenta ser uma assunção que claramente concorre para distinguir quem são os seus ‘públicos’ e determinar o tipo de organização, procedimentos técnicos, que o seu trabalho exige.

Esta circunscrição funciona também como uma característica interna ao campo e, enquanto matriz orientadora, propende à construção da respetiva jurisdição ideal, porque permite ao agente imaginar-se enquanto membro de um corpo de especialistas numa ação orientada para os públicos a que essa prestação se dirige. Veja-se a propósito o que é referido por uma das entrevistadas que demarcava a diferença das preocupações que, na sua opinião, tipicamente ocupam o ‘político’ e o ‘técnico’:

(...) Quem faz programação sabe que não deve trabalhar para o público em geral, os políticos é que gostam de trabalhar para o público em geral. Nós temos de definir os nossos públicos, mas temos de ser capazes de perceber se estamos efetivamente a ser abrangentes na oferta que estamos a fazer. (...) (Técnica superior, responsável por serviço educativo, 12 anos de serviço)

A prestação desse serviço público apresenta diferenças que remetem obrigatoriamente para a realidade dos enquadramentos municipais e o lugar que a ação cultural (agentes, estrutura orgânica, instrumentos criados, etc.) conseguiu conquistar nessa configuração politico-burocrática. Os depoimentos dos entrevistados evidenciam essa diferenciação na descrição que fazem das condições sociais inscritas no contexto em que exercem a sua prática e para as quais certamente contribuíram. Podemos considerar que existe, por um lado, um formato de ação cultural que privilegia o trabalho de construção ‘significativo’ para os agentes (públicos), demonstrada pelos instrumentos e dispositivos burocráticos e institucionais criados (planos estratégicos, orçamentos participativos, fóruns culturais e outros modelos de participação, etc.), que beneficia de um lugar construído, e consolidado, na estrutura orgânica garante de sustentabilidade da ação (equipa com alguma dimensão e especialização, crescente especialização por setores ou por equipamentos, fraca concorrência interna ao nível da responsabilidade da ação cultural, etc.). E, por outro, por oposição, e levado ao extremo, outro formato de ação cultural em que se trabalha preferencialmente na lógica da oferta

de programação centrada na receção, como operador (de legitimação) externo (e não de construção ou produção interna), em que o lugar da cultura ainda se encontra pouco consolidada na estrutura orgânica municipal (devidamente autonomizada de outros setores de ação municipal, serviços com uma equipa técnica consolidada) que lhes permita a tão desejada autonomia (em termos logísticos, gestionários e de definição da natureza da programação).

Acresce ao que foi referido outras dimensões a considerar nesta análise. Por isso mesmo, volta-se novamente ao público, mais concretamente aos públicos, porque são vários os que essa generalidade integra. Estes públicos não devem ser somente considerados os recetores dos produtos culturais *stricto sensu*, mas devem incluir, também, públicos que além de ‘consumidores’ assumem-se, igualmente, e por diversas vezes, como agentes culturais (produtores, artistas, mediadores culturais). Neste grupo, inclui-se o tecido associativo cultural, que ao nível municipal assume particular importância, sobretudo se pensarmos, desde logo, na forte relação que os próprios agentes revelaram ter com essas estruturas e, até, na necessidade manifestada por alguns dos entrevistados de desvinculação dessa sua militância/participação associativa evocando, como justificativo, o conflito de foro ético dado o seu exercício profissional.

O tecido associativo cultural encarna várias ‘facetas’, pode ser entendido como ‘agente’ *especialista* que avalia a suposta ‘qualidade’ da oferta cultural; como agente portador de capital ‘cultural’ (e eventualmente político e social/relacional) e, por isso, deve ser envolvido na construção política da estratégia cultural; como agente cultural que produz produtos culturais que podem, ou não, integrar o programa de oferta municipal (sendo que esse cenário é mais premente numa situação de raridade de recursos, como veremos). Esta mediação do trabalho institucional pelo tecido associativo surge descrita como uma valência inscrita na prática de muitos dos entrevistados, e assume vários formatos que remetem para estados diferenciados de organização burocrática e, por isso também, de formalização da ação profissional das agentes. Por um lado, existem as referências a procedimentos institucionalizados, construídos em parceria entre equipa técnica e responsáveis políticos, formalizados, por exemplo, nos «regulamentos de apoio às entidades associativas», nos «protocolos de colaboração» e/ou nos «contratos-programa»; por outro, existem as descrições «clientelares» que perturbam e criam constrangimentos na prática profissional dos agentes. A outra vertente a considerar nesta relação com o tecido associativo, prende-

se ao formato privilegiado em que é convocado (ou auto convoca-se) a participar na ação cultural municipal, que, apesar da regulamentação que vincula as decisões municipais a «*coisas e corpos*» burocratizados, pode ir de um extremo em que apenas se baseia em compromissos gestionários – cedência de espaço, apoio logístico diversificado – a um outro em que, num formato híbrido, se procede à integração na ação cultural institucional dos produtos culturais do tecido associativo. Acresce, ainda, que o mesmo tecido associativo cultural contribui indiretamente para a segmentação de públicos dada a possibilidade de se verificar parcialmente uma correspondência, ou homologia, entre oferta e procura cultural, reforçada quando esse tecido contribui para a oferta ao mesmo tempo que se constitui como procura (seletiva). Apresentam-se sucintamente dois exemplos retirados dos depoimentos recolhidos:

i. o caso referido de um enquadramento municipal onde a existência de associações de cante alentejano, com bastante dinâmica interna e compostas por elementos de várias gerações, justifica a promoção de diferentes eventos institucionais nesse âmbito cultural. Por sua vez, esta relação potencia uma captação/fidelização de públicos para esse tipo de eventos conferindo significado inscrito em quem neles participa.

e,

ii. outro exemplo de experiência municipal, onde existe uma organização municipal de um festival internacional ligado ao teatro feita em parceria com associações culturais locais. Neste município existe uma elevada expressão de associações nessa área artística, sendo que esse festival naturalmente conquista os vários públicos, por sua vez membros dessas associações, para esse tipo de oferta cultural.

Estes exemplos convocam, numa primeira instância, um formato de ação que pode concorrer para um certo «*fechamento*» da oferta cultural municipal porque visa a produção de produtos culturais muito orientados para ‘públicos internos’ enquanto destinatários prioritários, e implicados, nessa mesma ação. Mas, por acréscimo, essa mesma ação, no entender dos entrevistados, que perfilhamos, pode, dados os atributos da proposta, e do reconhecimento do seu valor cultural e social angariado no campo, capitalizar outros efeitos associados, nomeadamente: captação de públicos externos e rentabilidade económica. Encontraram-se exemplos de ambas as ações, de fechamento ou de abertura, nos casos observados e descritos pelos entrevistados. O que parece comum é a *distinção* do produto cultural (e por isso o valor simbólico que lhe é

reconhecido ampliando o potencial de ‘uso inscrito no produto cultural’) e a ‘raridade’ da oferta desse produto cultural, no mercado dos bens culturais, que o qualifica.

Conclusões

Conclui-se que a experiência dos agentes e as suas trajetórias sociais (pessoais e de participação social) geraram diferentes percepções subjetivas sobre como deve ser exercida a sua ação, que por sua vez são ajustadas, e revistas, adequando-se às condições de produção do campo em que inscreve essa mesma ação. O descrito sobre a essa prática profissional, na experiência concreta vivenciada pelos agentes, constituem-se como demonstrações de tensões que caracterizam os espaços de ação cultural pública. Deste modo, os condicionalismos impostos à ação profissional, decorrem apenas parcialmente daquilo que se poderá designar de regras específicas do campo singular da produção das políticas culturais municipais. Tratar-se-á, igualmente, de um jogo social muito permeável à inscrição de regras características de outros campos. Essas condições de produção do campo, porém, deixaram espaço para que os agentes construíssem o seu *mandato* e jurisdição profissional e, simultaneamente, influíssem na determinação dos formatos ideológicos de ação cultural. Conclui-se, assim, que nesse processo, ilustrado por dissemelhanças de enquadramentos camarários, deve ser reconhecido como elemento fulcral a capacidade dos agentes que, no decorrer da construção do seu percurso de profissionalização, conseguiram fazer prevalecer determinadas lógicas, construídas nesse seu percurso, num espaço marcado pela disputa/negociação e de omissões, de natureza técnica e política.

Notas

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

[1] Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. /This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project «UIDB / 04647/2020» of CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

[2] Este artigo retoma e reproduz parcialmente o produto do trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do meu doutoramento, com a tese denominada *Políticas Culturais municipais: da história social do campo aos reportórios de ação dos agentes*, apresentada e defendida na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa em 2019. Para o efeito se informa que essa tese, usada aqui como

recurso transcrito e fonte primária de informação, encontra-se em acesso livre, não tendo sido objeto de qualquer publicação (Lopes, 2019).

[3] De acordo com este autor, estas conceções revelam formatos de ‘imposição’ de uma determinada visão de ‘cultura’, através de uma lógica assente sobretudo na difusão, no primeiro caso -descendente- visa que «*que se parta do património cultural e/ou da criação artística, pertencente a uma minoria de especialistas altamente consagrados e nobilitados*»; no segundo caso – paternalista- é «*assente, antes de mais, na ideia de que urge «elevar o nível cultural das massas» que são sobretudo consumidoras ao invés de recetoras*». (Lopes, 2009, p. 4).

[4] Os autores classificam essas dinâmicas municipais em três grandes grupos que remetem para estados diferentes de dinamização da ação cultural municipal «*(...) 1. Grupo de dinâmicas consolidadas – municípios com políticas para a cultura com maior longevidade, sistematização e articulação (...) 2. Grupo de dinâmicas em transição (...) 3. Grupo de dinâmicas em arranque – municípios com cenários mais desfavorecidos “de que são sintomas principais o menor relevo da acção dos agentes culturais e também o mais reduzido leque de espaços de acolhimento de actividades culturais (...)»* (Santos, 2004, p. 86)

[5] Para uma explanação mais completa do percurso metodológico seguido sugere-se a consulta de Lopes, 2019, pp.14-28.

[6] Referentes às regras impostas pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. Neste enquadramento legislativo são definidas as regras relativas ao número de cargos dirigentes em função de um conjunto de critérios definidos: volume populacional (com patamares diferenciados em função do tipo de chefia: municipal, departamento ou divisão), número de dormidas turísticas e % do volume de participação no montante total dos fundos (somente para a definição do número de diretores municipais e diretores de departamento). Fonte: Diário da República, 1.ª série, N.º 167 de 29 de agosto de 2012 (Lopes, 2019, p.109).

[7] Salvaguardando as devidas diferenças, o *perfil 1* associa-se sobretudo aos entrevistados: com 50 e mais anos de idade, com 20 anos ou mais de anos de antiguidade na ocupação profissional, que coordenam (ou já coordenaram) serviços de ação cultural e já assumiram também responsabilidades de coordenação de teatros/cineteatros municipais; o *perfil 2* associa-se com maior predominância aos entrevistados com idades entre 30 anos (ou a rondar) e os 40 anos (idem), e com menor antiguidade no serviço e em alguns casos de coordenação de um equipamento cultural municipal (Lopes, 2019).

Referências

- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Edições Difel
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da Arte. Génese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção. Uma critica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. e Darbel, A. (2016). *L’amour de l’art. Les musées d’art européens et leur public*. Paris: Les editions de minuit.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, R. S., Gomes, R. T., Martinho, D. T., e Borges, V. (2014). *Mapear os Recursos, Levantamento da legislação, caracterização dos actores, comparação internacional*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/Governo de Portugal
- Lahire, B. (2004). *Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala global. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 11-42, Lisboa: CIES/ISCTE.

- Lahire, B. (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed
- Lahire, B. (2013). *Dans le plus singuliers du social. Individus, Institutions, socializations*. Paris: La Découverte Laboratoire de sciences sociales.
- Lopes, J. T. (2009). Da democratização da cultura a um conceito e práticas alternativas à Democracia Cultural. *Cadernos de Estudos* (14), pp. 1-13. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- Lopes, J. T. (2000). Em busca de um lugar no mapa. Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº34, pp.81-116. Lisboa: CIES/ISCTE.
- Lopes, J. T. (org.) (2012). *Registos do Actor plural. Bernard Lahire na sociologia portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lopes, S. (2019). Políticas Culturais municipais: da história social do campo aos reportórios de ação dos agentes. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: FCSH_UNL
- Santos, M. L. L., Gomes, R. T., Neves, J. S., & Lima, M. J. (2004). *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*. Lisboa: OBS-Pesquisas, nº12. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais
- Silva, Augusto Santos (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, pp. 11-33. Lisboa: CIES/ISCTE.